



CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Seguramos Consiço

MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS, S.A.
Av. Conde Valbom, N.º1, loja, 1050-066 LISBOA
+351 210 998 406 , administrativo@mse-seguros.pt
mse-seguros.pt

Capital Social €230.000,00 , N.I.P.C e C.R.C. Llsboa n.º 501 158 200

1 - Introdução

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., com sede social em AVENIDA CONDE VALBOM N 1 A, com um capital social de 230.000,00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

2.2 A nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rentabilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

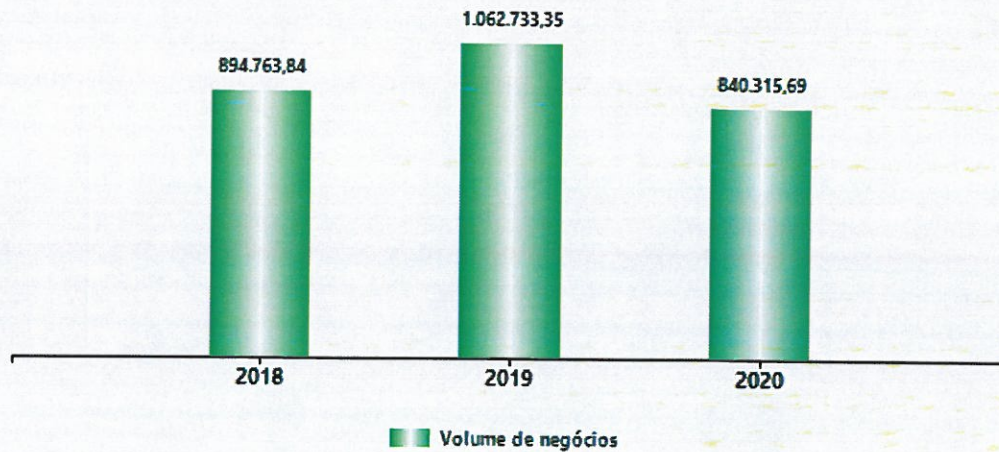
O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

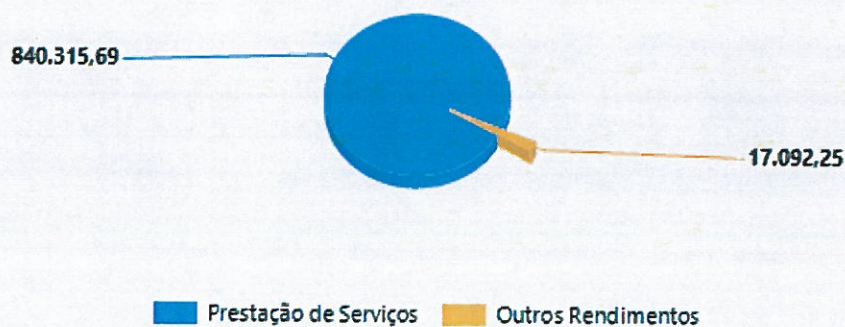
No período de 2020 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 840.315,69 €, representando uma variação de (20,92)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços

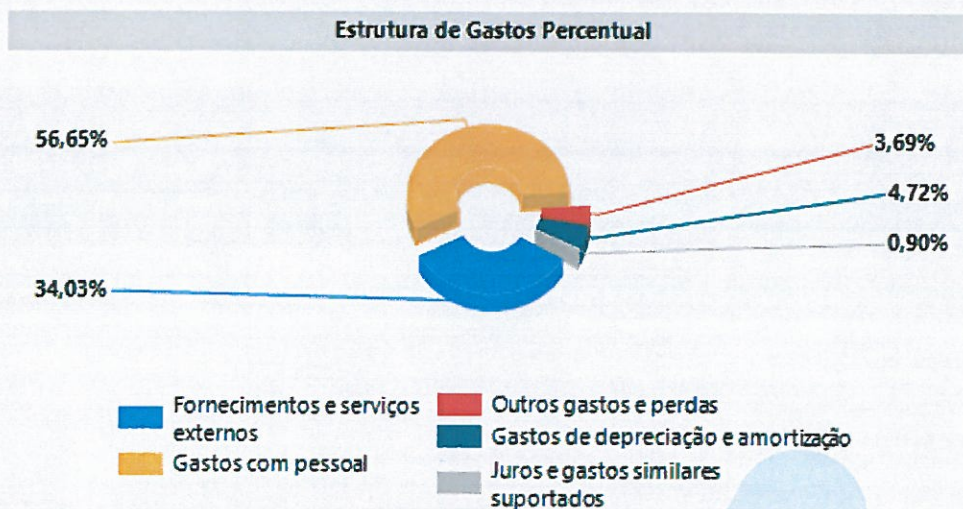
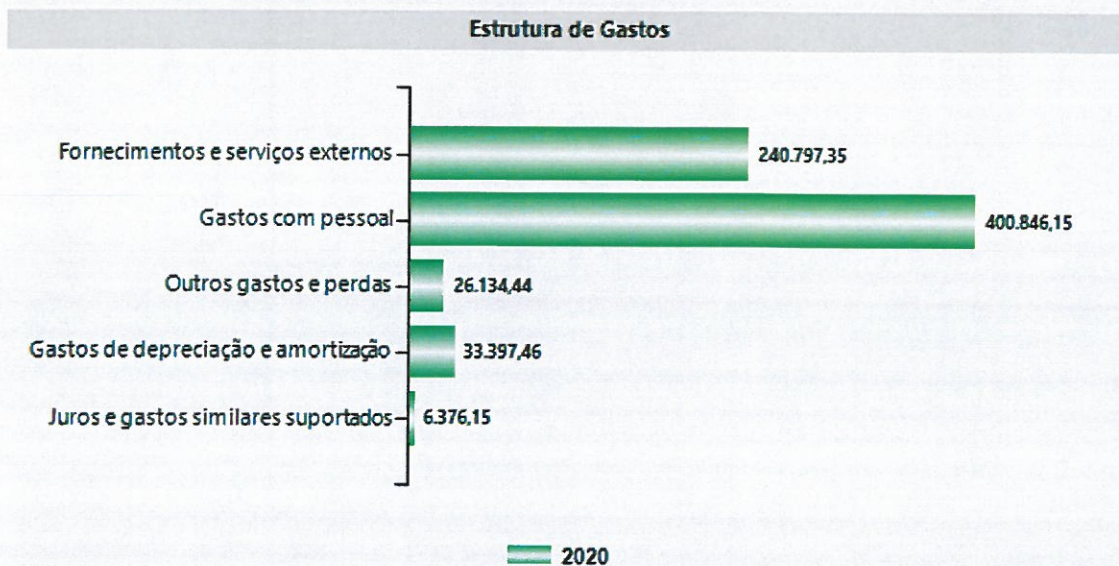


Estrutura de Rendimentos



Mediador de Seguros inscrito em 27-01-2007, no registo ISP com categoria de Corretor de Seguros, sob o número 4072292173, com autorização para Ramos Vida e Não Vida. Informação verificável em www.isp.pt

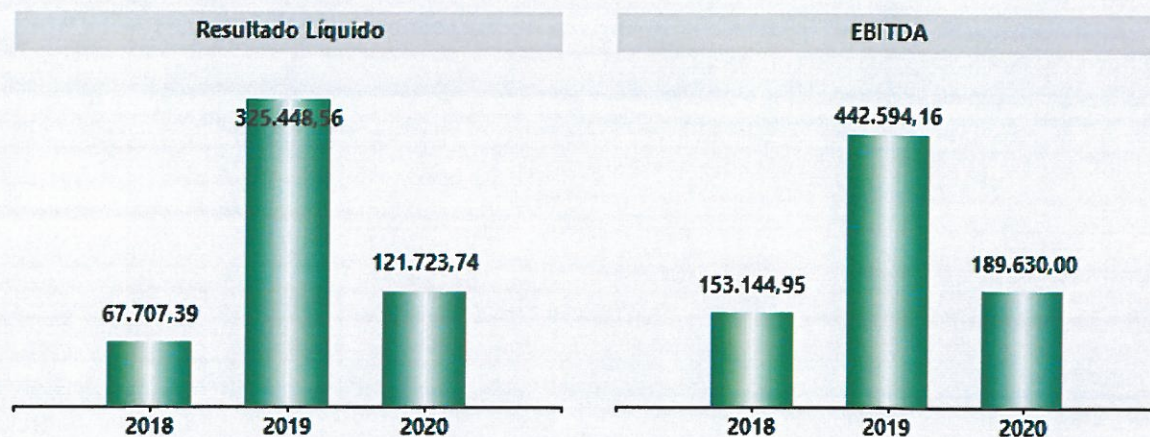
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	400.846,15	333.010,96	376.488,57
Nº Médio de Pessoas	10,00	11,00	10,00
Gasto Médio por Pessoa	40.084,62	30.273,72	37.648,86

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	528.407,78	47 %	509.204,49	37 %
Ativo corrente	594.760,85	53 %	872.196,05	63 %
Total ativo	1.123.168,63		1.381.400,54	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	415.140,96	37 %	548.115,65	40 %
Passivo não corrente	307.129,21	27 %	141.758,03	10 %
Passivo corrente	400.898,46	36 %	691.526,86	50 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.123.168,63		1.381.400,54	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 121.723,74€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS		
ANO		2020
Resultados Transitados		41.283,74
Reserva Investimento	Especial	80.440,00

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevenendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.

No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.



CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Seguramos Consiqo

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% e 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

5.2 Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 Evolução da sociedade

ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO / MERCADO SEGURADOR

O fenómeno sem precedentes da pandemia COVID-19 teve como consequência uma evolução do quadro macroeconómico transversal a todas as actividades económicas, afectando de modo severo o desenvolvimento da economia mundial, atingindo todos os mercados e estruturas económicas.

A manutenção da dúvida quanto à conclusão e final desta situação de crise sanitária e a severidade do modo como está impactar nas perspectivas económicas e sociais do curto e médio, tem sido determinante no modo como os mercados e os diferentes operadores económicos conduzem as suas políticas de desenvolvimento. Em Portugal, que no início do ano 2020 se encontrava num processo de recuperação económica, os efeitos desta crise pandémica foram manifestamente nefastos. A regressão originada na evolução económica e financeira que se perspectivava naquela época como positivas, traduziram-se numa quebra acentuada do ritmo económico. As restrições às deslocações e movimentação de pessoas e bens dentro e fora do país, foram, sem margem de dúvida, um ponto fundamental nesta crise económica. Aliás, é notório o seu impacto, uma vez que logo que as medidas de confinamento abrandaram no segundo semestre do ano, registou-se quase de imediato uma breve recuperação da economia.

Tendo o sector dos serviços, nomeadamente, no que aos seguros diz respeito, sido um dos mais afectados negativamente também foi o que mais rapidamente se adaptou e reagiu à retoma económica. No entanto, as repercussões das actividades económicas adjacentes não deixaram de causar uma profunda regressão nos resultados dos operadores da indústria seguradora.



CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS
Seguramos Consiço

Em 2020, a estrutura do mercado segurador sofreu algumas alterações pela fusão de dois seguradores, a saber: Tranquilidade e Generali.

Esta operação reduziu ainda mais o leque de opções disponibilizado aos operadores que actuam no mercado nacional, obrigando a recorrer aos mesmos seguradores.

O Grupo Fidelidade manteve a liderança do mercado interno com uma quota de mercado de 27%, seguido do Grupo Ageas com 16% e o Grupo Generali em 3º lugar com 14%.

É convicção da mse seguros que, não obstante o período controverso e de alguma recessão no desenvolvimento dos negócios e da economia em geral, conseguiremos, numa perspectiva global, continuar a trabalhar no sentido de alcançar os objectivos que delineámos e que pretendemos alcançar no curto prazo.

Com este propósito em vista iremos continuar, dentro dos parâmetros que a pandemia COVID-19 e as restrições associadas o permitirem, a trabalhar e a desenvolver novos projectos que nos suportem um crescimento sustentado e alicerçado nos princípios que sempre defendemos e que se traduzem pela defesa dos interesses dos nossos clientes, oferecendo-lhes as melhores e mais competitivas alternativas do mercado.

A NOSSA ACTIVIDADE EM 2020 E PERSPECTIVAS 2021

A situação pandémica COVID-19 obrigou-nos a reinventar a empresa, mas também a ser mais ágeis e competitivos nas diferentes nas acções comerciais nos seus mais diversos domínios.

A mse seguros viu a sua actividade, impactada pela crise sanitária numa fatia substancial dos segmentos de negócio mais ilustrativos da carteira.

Esta situação decorre do facto de que a maioria dos clientes mse-seguros viram, de modo significativo, as suas actividades reduzidas, o que originou como principal consequência a quebra da facturação e a dispensa de trabalhadores.

A consequência deste cenário traduz-se numa redução significativa dos prémios a receber, conjuntamente com o pedido considerável de moratórias junto dos seguradores.

Como principal preocupação procuramos alterar o posicionamento da mse seguros no sector dos Táxis, uma vez que as perdas de volume de negócio neste segmento estavam a atingir valores significativos. A saída de clientes registada foi consequência das condições comerciais pouco competitivas disponíveis. Embora tenhamos tentado sensibilizar o nosso parceiro segurador neste negócio para aceitar as diferentes propostas de reformulação de tarifa, complementadas com uma estratégia comercial associada, o mesmo mostrou-se indisponível para aceitar qualquer alteração. Face a este comportamento fechado, fomos obrigados a procurar soluções alternativas no mercado que nos permitissem alterar o estado das coisas, as quais estavam a ser nefastas para os nossos interesses.

Deste modo, estabelecemos, em regime de exclusividade, uma parceria com um outro segurador, o que nos tem permitido atingir os nossos objectivos, tanto em termos de recuperação de clientes perdidos como no aumento das receitas geradas e, com isso, ambicionar de novo uma posição cimeira neste segmento.

Muitos outros sectores de actividade nos quais a mse seguros tem uma exposição considerável foram afectados pela crise pandémica. Os mais representativos foram o turismo e o desporto, sendo que este último viu as suas actividades, nomeadamente nas áreas de formação, serem suspensas na sua totalidade.

Outro factor que consideramos relevante é a confiança depositada na mse seguros por mais de 7.000 clientes. Este número, aumenta ainda mais as nossas responsabilidades num crescimento sustentável, bem como tem associada uma carga administrativa relevante, que representa a emissão de mais de 11.000 recibos de prémios processados.

Estamos convictos e com fundamentos evidentes de que as nossas operações poderão ter um maior impacto a partir do segundo trimestre de 2021, com o aumento da vacinação e o conseqüente aumento da imunidade grupo, o que irá permitir abrir de forma gradual a actividade económica.

Perante as expectativas de um cenário social e económico mais favorável ao desenvolvimento positivo das diferentes actividades, vamos reforçar a nossa presença nos sectores estratégicos onde já nos encontramos, mas iremos, também, desenvolver e focar a nossa actividade em segmentos nos quais a nossa experiência e conhecimento possam contribuir para a construção de soluções inovadoras assentes em propostas sustentáveis para os nossos clientes.

6 - Outras Informações

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 5 de Abril de 2021.

MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA



Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2020

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanços em 31 de Dezembro 2020 e 2019	3
Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2020 e 2019	4
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019	6
Anexo às Demonstrações Financeiras	
1 Introdução	7
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3 Principais políticas contabilísticas	8
4 Fluxos de caixa	14
5 Políticas contabilísticas	14
6 Activos fixos tangíveis	15
7 Outros activos financeiros	16
8 Estado e outros entes públicos	16
9 Outros créditos a receber	17
10 Diferimentos	17
11 Capital	17
12 Outras reservas	18
13 Financiamentos	18
14 Outras dívidas a pagar	19
15 Fornecedores	19
16 Prestação de serviços	19
17 Fornecimentos e serviços externos	20
18 Gastos com pessoal	20
19 Outros rendimentos	21
20 Outros gastos	21
21 Gastos e rendimentos financeiros	21
22 Impostos correntes	21
23 Remuneração do conselho de Administração	22
24 Resultado por acção	22
25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço	23
26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público	23
27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Artº 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.	24
28 Partes relacionadas	27

Balancos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

ACTIVO	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6	175.602	119.333
Outros activos financeiros	7	3.317	2.086
Créditos a receber	9	349.488	387.786
Activos por impostos diferidos		-	-
		528.408	509.204
Activo corrente:			
Clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	8	780	-
Outros créditos a receber	9	512.544	775.361
Diferimentos	10	5.008	4.379
Activos não correntes detidos para venda		1.400	1.400
Caixa e depósitos bancários	4	75.028	91.056
		594.761	872.196
TOTAL DO ACTIVO		1.123.169	1.381.401
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	11	230.000	230.000
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reserva legal	12	46.000	23.315
Outras reservas	12	220.495	5.355
Resultados transitados		(206.405)	(39.331)
Excedentes de revalorização		3.327	3.327
Resultado líquido do exercício		121.724	325.449
Total do capital próprio		415.141	548.116
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	13	307.129	141.758
Diferimentos		-	-
		307.129	141.758
Passivo corrente:			
Fornecedores	8	47.589	37.751
Estado e outros entes públicos	8	51.523	58.079
Accionistas		-	-
Financiamentos obtidos	13	192.950	150.343
Outras dívidas a pagar	14	108.837	445.354
Diferimentos		-	-
		400.898	691.527
TOTAL DO PASSIVO		708.028	833.285
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.123.169	1.381.401

O anexo faz parte integrante do balanço 31 de Dezembro de 2020.

O Contabilista Certificado

Lizete Beate Poelle

O Conselho de Administração



Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2020 e 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	16	840.316	1.062.733
Subsídios à exploração		9.136	-
Fornecimentos e serviços externos	17	(240.797)	(270.704)
Gastos com o pessoal	18	(400.846)	(333.011)
Provisões		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos	19	7.956	8.750
Outros gastos	20	(19.962)	(21.622)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		195.802	446.147
Gastos de depreciações	6	(33.397)	(39.733)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		162.405	406.413
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	21	(12.549)	(7.083)
Resultado antes de impostos		149.856	399.331
Impostos sobre o rendimento do exercício	22	(28.133)	(73.882)
Resultado líquido do exercício		121.724	325.449
Resultado por acção básico	30	2,43	6,51

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA
 Demonstrações Financeiras
 31 de Dezembro de 2020
 Montantes expressos em euros

DESCRICÃO	NOTAS	Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019							Total do capital próprio
		Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2018		230.000	160.000	19.929	5.355	(103.652)	3.327	67.707	382.667
Alterações no exercício		-	-	3.386	-	64.321	-	(67.707)	-
Aplicação do resultado de 2018		-	-	-	-	-	-	-	-
Variação justo valor dos instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	(160.000)	-	-	-	-	-	(160.000)
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	-	-	325.449	325.449
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2019		230.000	-	23.315	5.355	(39.331)	3.327	325.449	548.116
Alterações no exercício		-	-	22.685	215.140	87.624	-	(325.449)	-
Aplicação do resultado de 2019		-	-	-	-	87.624	-	-	-
Variações em resultados transitados		-	-	-	-	(254.698)	-	-	(254.698)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	-	-	121.724	121.724
Posição no fim do exercício 31 de Dezembro de 2020		230.000	-	46.000	220.495	(206.405)	3.327	121.724	415.141

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Lp: Beate Roth



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos

em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		840.316	1.062.733
Pagamentos a fornecedores		(229.099)	(256.650)
Pagamentos ao pessoal		(393.849)	(323.633)
Caixa gerada pelas operações		217.368	482.450
Recebimento de imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(41.332)	(59.670)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(318.151)	(243.454)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(142.115)	179.326
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(35.893)	30.225
Activos financeiros		(1.231)	(1.214)
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(37.124)	29.011
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.320.736	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(1.144.975)	(24.616)
Juros e custos similares		(12.549)	(7.083)
Dividendos		-	-
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		-	(160.000)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		163.212	(191.699)
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(16.027)	16.637
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	91.056	74.418
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	75.028	91.056

O Contabilista Certificado

Lizete Beate Pereira

O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Introdução

Constituição e Actividade

A MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA é uma Sociedade anónima com sede na Avenida Conde Valbom, nº 1 A, em Lisboa.

A Sociedade, constituída por escritura pública em 17 de Março de 1981, tem por objecto social exclusivo a Mediação e consultadoria de seguros.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho de 2015. O SNC é composto pela Estrutura Conceptual ("EC"), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras ("MDF") definidos nos termos da Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015, pelo Código de Contas ("CC") definido nos termos da Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015, pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e pelas Normas Interpretativas ("NI"), ambas publicadas nos Avisos 8256 e 8258 de 29 de julho de 2015, respetivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela MSE, SA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3 Principais Políticas contabilísticas

3.1. Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respetiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas, não se destinando para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do justo valor.

O justo valor da propriedade de investimento reflete as condições de mercado à data do balanço. A determinação do justo valor das propriedades de investimento é determinada através do método do rendimento, tendo por base o valor das rendas atuais e *yields* de mercado de acordo com o tipo de propriedade e com a localização das mesmas.

Assim, o justo valor da propriedade de investimento reflete, aquilo que entidades conhecedoras e dispostas a isso assumiriam acerca de rendimentos de rendas de futuras locações à luz de condições correntes.

3.3. Imparidade de Activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade a todos os seus activos. A MSE, SA realiza os testes de imparidade a todos os seus ativos em Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios

económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.5. Activos financeiros

A Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A MSE, SA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respectivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.8. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21,0%. A empresa está isenta de Derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2015 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020. Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis 12 anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a MSE, SA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a MSE, SA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor realizável líquido.

Os Produtos e trabalhos em curso, incluídos na rubrica de Inventários, respeitam aos gastos de produção incorridos com a construção e promoção de empreendimentos imobiliários e incorporam o gasto com a aquisição do terreno, matérias-primas e encargos com subcontratos, mão-de-obra e outros imputáveis à construção, o qual é inferior ao respectivo valor realizável líquida.

As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas provas mais fiáveis, disponíveis à data do balanço, quanto à quantia que a empresa espera realizar com os inventários. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido e todas as perdas de inventários são reconhecidas como gastos do período em que o ajustamento ou perda ocorre.

3.14. Investimentos financeiros

Investimentos financeiros – subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Administração/Gerência das subsidiárias.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Aquando da aquisição de subsidiárias e associadas, o excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, se encontra considerado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica Ajustamento em activos financeiros. Assim, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre as empresas do Grupo MSE, incluindo associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Empresa e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 10.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da MSE, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1 Provisões

A MSE, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da MSE, SA tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Numerário		
Caixa	<u>10.912</u>	<u>3.125</u>
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	64.116	87.930
Depósitos a prazo	-	-
Total Caixa e Depósitos Bancários	<u><u>75.028</u></u>	<u><u>91.056</u></u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2019, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos ao exercício anterior.

6 Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os movimentos registados na rubrica “Activos fixos Tangíveis” foram como segue:

31-12-2020							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	Total
1 de Janeiro de 2020							
Custo de aquisição	27.304	55.548	156.585	12.430	6.261	-	258.127
Depreciações acumuladas	(8.191)	(41.518)	(73.335)	(12.430)	(3.320)	-	(138.794)
Valor líquido	19.113	14.030	83.250	-	2.941	-	119.333
1 de Janeiro de 2020							
Adições	-	1.771	171.146	-	-	-	172.917
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Activos	-	-	(139.500)	-	-	-	(139.500)
Abates-Depreciações	-	-	56.250	-	-	-	56.250
Depreciações do exercício	(2.730)	(4.598)	(24.380)	-	(1.689)	-	(33.397)
Valor líquido em	(2.730)	(2.827)	63.515	-	(1.689)	-	56.269
31 de Dezembro de 2020							
Custo de aquisição	27.304	57.319	188.230	12.430	6.261	-	291.543
Depreciações acumuladas	(10.922)	(46.116)	(41.465)	(12.430)	(5.009)	-	(115.941)
Valor líquido em	16.382	11.203	146.765	-	1.252	-	175.602
31 de Dezembro de 2020							
31-12-2019							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	Total
1 de Janeiro de 2019							
Custo de aquisição	27.304	55.548	186.809	12.430	6.261	-	288.352
Depreciações acumuladas	(5.461)	(36.079)	(72.622)	(12.430)	(2.694)	-	(129.285)
Valor líquido	21.843	19.469	114.188	-	3.567	-	159.066
1 de Janeiro de 2019							
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Activos	-	-	(30.225)	-	-	-	(30.225)
Abates-Depreciações	-	-	30.225	-	-	-	30.225
Depreciações do exercício	(2.730)	(5.439)	(30.938)	-	(626)	-	(39.733)
Valor líquido em	(2.730)	(5.439)	(30.938)	-	(626)	-	(39.733)
31 de Dezembro de 2019							
Custo de aquisição	27.304	55.548	156.585	12.430	6.261	-	258.127
Depreciações acumuladas	(8.191)	(41.518)	(73.335)	(12.430)	(3.320)	-	(138.794)
Valor líquido em	19.113	14.030	83.250	-	2.941	-	119.333
31 de Dezembro de 2019							

7 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Reserva para o serviço da dívida a)	0	0
Reserva para investimento a)	0	0
Fundo Compensação Trabalho	3.317	2.086
	<u><u>3.317</u></u>	<u><u>2.086</u></u>

8 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	<u>31-12-2020</u>		<u>31-12-2019</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC (i)	-	28.133	-	41.332
Retenções - IRS	-	12.260	-	6.055
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	-	-	-
Contribuições Segurança Social	-	11.131	-	10.692
Fundo compensação trabalhadores (FCT)	780	-	-	-
Total	<u><u>780</u></u>	<u><u>51.523</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>58.079</u></u>

(i) Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o saldo da conta de IRC tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Pagamentos por conta	-	6.453
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Estimativa de imposto (Nota 25)	(28.133)	(73.882)
Total	<u><u>(28.133)</u></u>	<u><u>(67.429)</u></u>

9 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a composição da rubrica "Outros créditos a receber", é como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Seguradoras	61.354	-	61.354	441.142	-	441.142
Outros	451.190	349.488	800.678	334.219	387.786	722.005
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Total	512.544	349.488	862.033	775.361	387.786	1.163.147

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a MSE tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Gastos	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Seguros	1.258	-	1.258	-	-	-
Rendas	3.750	-	3.750	3.750	-	3.750
Diversos	-	-	-	629	-	629
Total	5.008	-	5.008	4.379	-	4.379

11 Capital

Capital Subscrito

A Sociedade foi constituída com o capital social de 230.000 Euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 23000 acções de valor nominal de 10 Euros.

	31-12-2020				
	Numero acções	% Capital	Capital social	Prestações acessórias	Total
JONUVI - Participações e Consultoria, SA.	4996	21,72%	49.960	-	49.960
João Baltazar Mendes	4	0,02%	40	-	40
MSE Imobiliária, S.A.	14700	63,91%	147.000	-	147.000
Artur Martins	3300	14,35%	33.000	-	33.000
Total	23.000	100,00%	230.000	-	230.000

12 Outras reservas

A rubrica "Outras reservas" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Saldo Inicial	5.355	10.710
Outras reservas	-	(5.355)
Reserva Especial Reinvestimento	215.140	-
Saldo Final	<u>220.495</u>	<u>5.355</u>

A rubrica de "Reserva legal" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Saldo Inicial	23.315	19.929
Reforço	22.685	3.386
Saldo Final	<u>46.000</u>	<u>23.315</u>

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas no capital.

13 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	<u>31-12-2020</u>			<u>31-12-2019</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Conta caucionada	161.168	-	161.168	118.562	-	118.562
PME 303204551	16.692	49.975	66.667	16.692	66.642	83.333
Bankinter	-	150.000	150.000	-	-	-
Loações financeiras	15.090	107.154	122.244	15.090	75.116	90.206
Total Empréstimos	<u>192.950</u>	<u>307.129</u>	<u>500.079</u>	<u>150.343</u>	<u>141.758</u>	<u>292.101</u>

14 Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica "Outras dívidas a pagar" é como segue:

	31-12-2020		31-12-2019	
Pessoal				
Remunerações	9.458	-	9.458	9.103
				9.103
Outros Credores				
Devedores premios seguros	-	-	-	-
Seguradoras	15.665	-	15.665	361.118
Credores Diversos	24.714	-	24.714	18.621
	<u>40.379</u>	<u>-</u>	<u>40.379</u>	<u>379.739</u>
				<u>379.739</u>
Acréscimos de gastos				
Férias, Subsídio de Férias e Prémios	55.996	-	55.996	52.514
Electricidade	-	-	-	-
Outros i)	3.005	-	3.005	3.998
	<u>59.001</u>	<u>-</u>	<u>59.001</u>	<u>56.511</u>
				<u>56.511</u>
	<u>108.837</u>	<u>-</u>	<u>108.837</u>	<u>445.354</u>
				<u>445.354</u>

15 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica "Fornecedores" é como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores - Gerais	47.589	37.751
Total saldo fornecedores - correntes	<u>47.589</u>	<u>37.751</u>

16 Prestações de Serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Prestação de Serviços" é como segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Prestação de Serviços-Facturação	840.316	1.062.733
Total	<u>840.316</u>	<u>1.062.733</u>

17 Fornecimentos e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Trabalhos especializados	27.576	30.086
Publicidade e propaganda	4.403	0
Vigilância e segurança	2.227	2.196
Honorários	18.481	26.904
Conservação e reparação	2.015	3.263
Gastos financeiras	15.215	10.777
Ferramentas e utensílios de desgast	1.311	4.808
Livros e documentação técnica	0	82
Material de escritório	10.049	10.872
Artigos para oferta	9.249	10.323
Electricidade	5.634	6.801
Combustíveis	2.784	3.623
Água	3.006	2.696
Deslocações e estadas	25.920	36.290
Transportes de pessoal	0	1.049
Transportes de mercadorias	0	2.301
Rendas	52.086	53.798
Comunicação	28.214	29.766
Seguros	20.567	15.884
Despesas de representação	715	12.414
Limpeza, higiene e conforto	5.162	6.355
Outros	6.182	417
Total	<u><u>240.797</u></u>	<u><u>270.704</u></u>

18 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, foram como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 29)	133.523	63.385
Pessoal	185.000	202.870
Outros gastos	12.298	636
	<u>330.821</u>	<u>266.891</u>
Encargos Sociais		
Seguros	1.625	1.002
Encargos sobre remunerações	68.400	65.118
	<u>70.025</u>	<u>66.120</u>
Total	<u><u>400.846</u></u>	<u><u>333.011</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade foi de 10 e 11 respectivamente.

22 Impostos Correntes

A composição do montante de imposto corrente reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Imposto sobre o rendimento corrente	(28.133)	(73.882)
Impostos diferidos	-	-
Total	(28.133)	(73.882)

O gasto de imposto sobre o rendimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Descrição		31-12-2020	31-12-2019
Resultado antes de imposto		149.856	399.331
Amortizações não aceites fiscalmente		15.281	18.438
Outros valores a acrescentar		8.595	3.622
Outros valores a deduzir		(15.750)	(8.750)
Lucro tributável		157.983	412.640
Taxa de imposto			
Limite matéria colectável 1	25.000,00	17,00%	17,00%
Limite matéria colectável 2	132.982,57	21,00%	21,00%
Colecta		32.176	86.054
Derrama (1,5% sobre lucro tributável)		2.370	6.190
Derrama Estadual (3% sobre lucro tributável > 1.500.000 €)	0,00 3%	-	-
Derrama Estadual (5% sobre lucro tributável > 7.500.000 €)	0,00 5%	-	-
Tributação autónoma		1.631	3.152
Imposto corrente		36.177	95.396
Benefício fiscal DLRR		8.044	21.514
Total do imposto do exercício		28.133	73.882

23 Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da MSE foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, apresentam os seguintes valores:

	31-12-2020	31-12-2019
Conselho Administração		
Remunerações	133.523	63.385
Encargos Sociais	33.047	15.688
	166.570	79.073

19 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é apresentada como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos não financeiros	7.956	8.750
Sinistros	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-
Outros	-	0
Total	<u><u>7.956</u></u>	<u><u>8.750</u></u>

20 Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica "Outros gastos" é conforme segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Imposto do selo	13.245	19.880
Imposto automóvel	1.076	928
Taxas	1.500	400
Sinistros	-	-
Outros gastos	4.141	414
Abates de activos fixos tangíveis	-	-
Total	<u><u>19.962</u></u>	<u><u>21.622</u></u>

21 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Gastos financeiros		
Juros financiamentos bancários	6.376	3.530
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros empréstimos de accionistas	-	-
Outros	6.172	3.552
	<u><u>12.549</u></u>	<u><u>7.083</u></u>

24 Resultado por acção

O resultado por acção, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, foi determinado conforme segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Resultado líquido	121.724	325.449
Número médio acções em circulação	50.000	50.000
Resultado por acção básico (Euros)	<u>2,43</u>	<u>6,51</u>

25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço

A pandemia originada pelo COVID 19, veio trazer uma realidade extraordinária, a qual, obviamente teve impacto na nossa actividade, assim como em todas as áreas de negócio do tecido empresarial.

Na MSE Seguros mantivemos a empresa em funcionamento, com resposta aos clientes, de modo eficaz e com a qualidade habitual. Entre colaboradores em regime de teletrabalho em áreas administrativas e de back office e presencial, com as reservas e regras de segurança impostas, na área de atendimento directo ao público, não encerramos portas.

Aliás, pelas suas características, a corretagem de seguros foi uma das actividades considerada como devendo continuar a desenvolver o seu funcionamento habitual.

Para esta situação contribuiu em muito a tecnologia actual que disponibiliza meios de comunicação por vídeo e voz, os quais permitem manter a empresa em actividade.

Obviamente que os sectores mais afectados foram os de transportes de passageiros, nomeadamente, táxis e TVDE, que registaram uma quebra acentuada nas receitas habituais, embora nesta data apresentem já uma recuperação, também e, sobretudo, devida ao novo produto específico que foi criado para os Táxis em pleno período de confinamento.

Acresce a esta questão as moratórias que os seguradores disponibilizaram aos clientes, o que provocou um atraso significativo na entrada de receitas.

Consideramos que, não obstante a situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja, naturalmente, afectada, mas estamos convictos de esta crise não colocará de modo algum em causa o princípio de continuidade da empresa.

Neste momento, não é viável quantificar de modo explícito o impacto da pandemia na vida económica e financeira da MSE Seguros, mas a administração tem a confiança e a convicção de que será capaz de atingir os objectivos que estabeleceu no curto prazo.

26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

26.1 Honorários totais facturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC, Lda, relativos ao exercício de 2020 foram de 1.230,00 €.

26.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

26.3 Proposta de Aplicação dos resultados do exercício de 2020

Os resultados de 2020 no montante 121.723,74 €, deverão ter a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	41.283,74
Reserva Legal	0,00
Reserva especial de investimento	80.440,00

Aplicação dos Resultados Transitados irá servir de base à consolidação da sociedade, através da sua utilização na implementação dos processos em desenvolvimento no sentido de cimentar as bases de sustentação que permitem a evolução da actividade da MSE, SA.

27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Art.º 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A MSE, SA, reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES (€)	31-12-2020	31-12-2019
Por Natureza		
Numerário	840.316,00	1.062.733,35
Espécie	0,00	0,00
Total	840.316,00	1.062.733,35
REMUNERAÇÕES (€)	31-12-2020	31-12-2019
Por Tipo		
Comissões	840.316,00	1.062.733,35
Honorários	0,00	0,00
Total	840.316,00	1.062.733,35

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por "Ramo Vida" e "Não Vida", e por origem:

REMUNERAÇÕES (€) Por Ramo	31-12-2020	31-12-2019
Não vida	835.290,33	1.058.500,20
Vida	5.025,67	4.233,15
Total	840.316,00	1.062.733,35

REMUNERAÇÕES (€) Por Origem	31-12-2020	31-12-2019
Empresas de Seguros	840.316,00	1.062.733,35
Outros mediadores	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Total	840.316,00	1.062.733,35

d) Níveis de concentração iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

Fidelidade (inclui IB) : 57.50%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;"

Valores das contas "Clientes"	31-12-2020	31-12-2019
	Valores do ano	Valores do ano
Saldo inicial clientes	81.197,35	81.197,35
Valor das apólices	840.316,00	1.062.733,35
Valor das apólices recebidas	-860.158,91	-809.204,64
Saldo final clientes	61.354,44	334.726,06

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem :

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2020		31-12-2019	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários					
Empresas de seguros		61.354,44	15.665,26	334.726,06	361.118,11
Empresas de resseguros					
Outros		451.189,67	93.171,85	440.634,98	84.235,74
Total		512.544,11	108.837,11	775.361,04	445.353,85

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e pagar

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2020		31-12-2019	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Por Natureza					
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários(ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.					
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.					
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.		61.354,44	15.665,26	334.726,06	361.118,11
Outras quantias		451.189,67	93.171,85	440.634,98	84.235,74
Total		512.544,11	108.837,11	775.361,04	445.353,85

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não foram registadas imparidades no presente exercício.

i) Garantias colaterais

Sem aplicação durante o exercício.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No exercício não se efectuou nenhum a transmissão de carteira.

k) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientes

Sem aplicação durante o exercício.

l) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante o exercício

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corrector de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Por seguradora	31-12-2020		31-12-2019	
	Quota %	Valor	Quota %	Valor
Fidelidade (inclui IB)	57,50%	483.172,01	48,96%	520.327,67
Lusitania	10,53%	88.451,16	20,09%	168.812,19
UNA	6,75%	56.736,06	0,00%	0,00
Ageas	8,82%	74.151,13	5,56%	46.687,53
Zurich	4,83%	40.604,03	4,34%	36.497,51

n) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar.

28 Partes Relacionadas

O detalhe das Partes Relacionadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

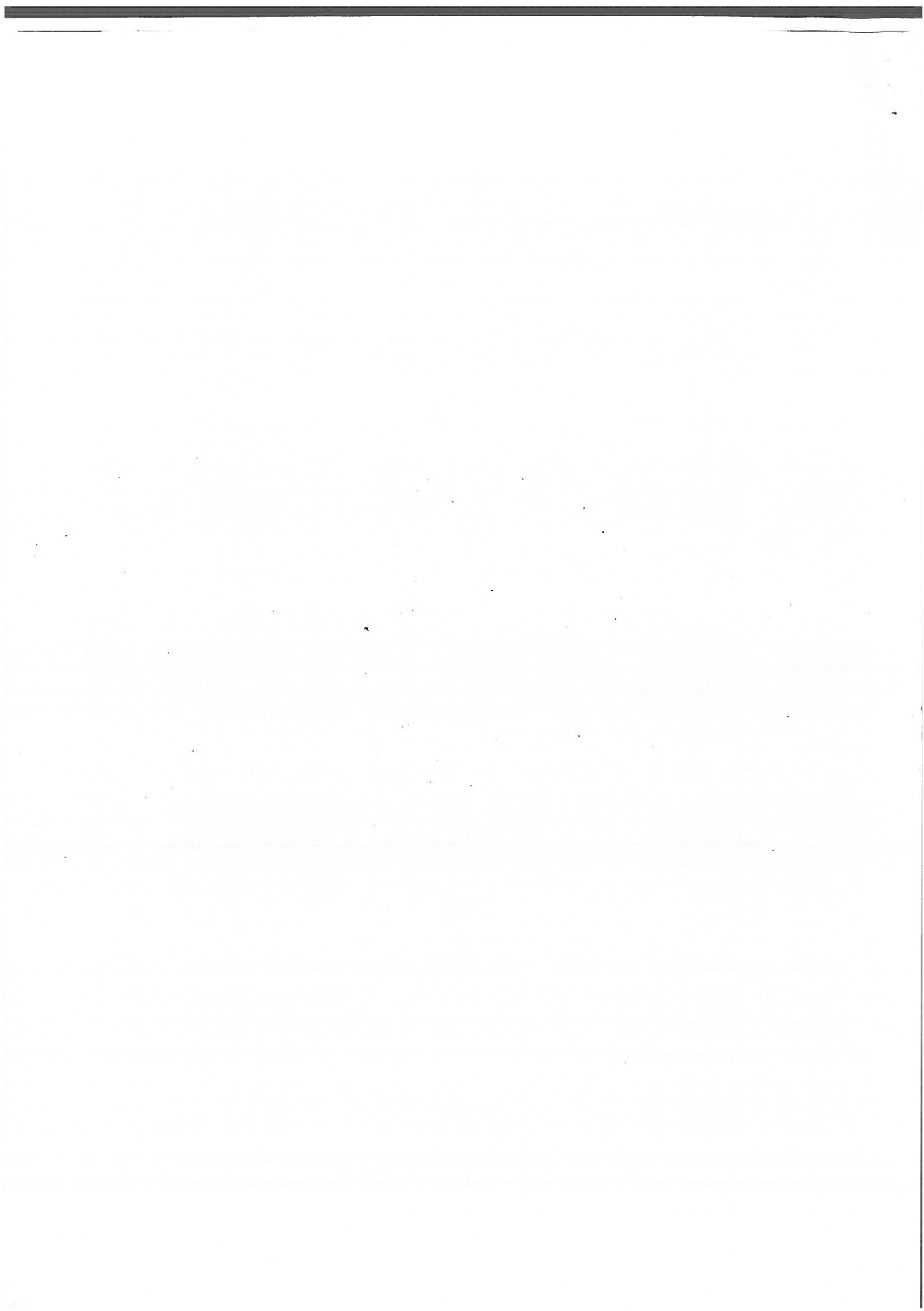
Partes relacionadas	31-12-2020		31-12-2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
JONUVI - Participações e Consultoria, SA.	41.849	-	41.794	-
MSE Imobiliária	106.926	-	106.926	-
	<u>148.775</u>	<u>-</u>	<u>148.720</u>	<u>-</u>

Lisboa, 5 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado

Ligeia Beata Costa

A Administração



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)

T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.123.169 euros e um total de capital próprio de 415.141 euros, incluindo um resultado líquido de 121.724 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials, is located in the bottom right corner of the page.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials 'MA', is located in the bottom right corner of the page.

adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 09 de Abril de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "JPS", is written over a faint, circular stamp or watermark.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)

T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2020 -

Senhores Acionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único da «MSE _ Corretores e Consultores de Seguros, SA.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pela Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020, vem apresentar o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
3. No seu Relatório de Gestão a Administração refere a forma como se processou a atividade da Sociedade ao longo do exercício, devendo ser destacado:
 - A redução do volume de negócios em cerca de 21% face ao ano anterior;
 - A incerteza, ainda, associada aos Resultados esperados, em virtude da Pandemia de Covid-19;
 - O cash flow gerado no exercício, de 158 milhares de euros.
4. Face ao exposto, o Fiscal Único é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2020 apresentadas pela Administração;
- b) que seja deliberado sobre a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 121.724 euros, apresentada pela Administração;
- c) que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 09 de Abril de 2021

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva

(ROC nº 320)

em representação de

RSM & Associados – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING